

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a signature below it, and a signature with a checkmark to the right. Below these is a horizontal line with a vertical tick mark on the left, and the word "Sum" followed by a signature.



Município de Valongo | 2012
Prestação de Contas Consolidadas e Individuais

ÍNDICE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

[Handwritten signature]
Pág.

1 - DOCUMENTOS FINAIS

1.1. CONTAS CONSOLIDADAS

Relatório de Gestão		4
Balanço		12
Demonstração de resultados		15
Anexos ao Balanço e à Demonstração de Resultados:		
- Ativo bruto		16
- Amortizações e Provisões		17
- Demonstração dos resultados financeiros		18
- Demonstração dos resultados extraordinários		18
- Critérios de valotrimetria		19
- Perimetro de consolidação		20
- Mapa de fluxos de caixa de operações orçamentais		21
- Endividamento de médio e longo prazo		21
- Saldos e fluxos financeiros		22

1.2. CONTAS INDIVIDUAIS

Balanço		24
Demonstração de resultados		27
Anexos ao Balanço e à Demonstração de Resultados:		
- Notas aos anexos e às Demonst. Financeiras		28
- Ativo bruto		29
- Amortizações e Provisões		30
- Mapa das participações financeiras		32
- Contas de ordem		34
- Demonstração do custo mercad.vend.mat.cons.		35
- Demonstração dos resultados financeiros		35
- Demonstração dos resultados extraordinários		35
- Acréscimos e diferimentos		36
Análise temporal:		
- Estrutura da evolução patrimonial		37
- Demonstração de resultados por natureza		38
- Rácios de análise financeira		39

2.1. RECEITA

Controlo Orçamental da Receita		41
Estrutura e execução da Receita:		
- Receita cobrada		44
- Receitas próprias		45
- Receita fiscal		46
- Transferências do Orçamento do Estado		48
- Outras Transferências		50

2 - PROCESSO ORÇAMENTAL

2.2. DESPESA

Controlo Orçamental da Despesa		52
Estrutura e execução da Despesa:		
- Quadro demonstrativo das diferentes fases da Despesa		56
- Comparação das diversas fases da Despesa		57
- Despesas de funcionamento		58
- Análise comparativa da despesa de bens e serviços		59
- Recursos humanos		60
- Estrutura habilitacional do Pessoal, por nível de escolaridade, segundo sexo		61
- Estrutura etária do Pessoal ao serviço da Autarquia		62
- Formação		63
- Trabalhadores estrangeiros no exercício de funções		64
- Transferências		65
- Encargos da dívida de empréstimos		66

ÍNDICE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Handwritten signatures and initials at the top right of the page.

2 - PROCESSO ORÇAMENTAL

2.2. DESPESA

- Endividamento Líquido	67
- Stock da dívida	68
- Empréstimos a médio e longo prazos	70
Grandes Opções do Plano:	
- Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos	72
- Execução anual das Atividades Mais Relevantes	84
Estrutura e execução de investimento	88
Grandes Opções do Plano	89
Despesa de investimento e fontes de financiamento	90
Relação Receitas e Despesas e suas componentes	92
Análise gráfica da estrutura da execução do orçamento	93

2.3. ANÁLISE ORÇAMENTAL

Execução Global do Orçamento:	
- Taxas de execução e desvios orçamentais	94
- Receita prevista/ cobrada	95
- Despesa prevista/Compromissos e Pagamentos	96
- Evolução de rácios	97
Evolução da Receita	98
Estrutura evolutiva da Receita fiscal	99
Evolução da Despesa	100
Fluxos de caixa e Contas de ordem	102
Operações de tesouraria	113
Modificações ao Orçamento:	
- Receita	115
- Despesa/ Segundo natureza económica	116
- Despesa/ Segundo natureza orgânica	117
- Grandes Opções do Plano	119

2.4. ANEXOS

Transferências:	
- Despesa:	
- Correntes	120
- Capital	127
- Receita:	
- Correntes	128
- Capital	129
Endividamento:	
- Empréstimos	130
- Outras dívidas a terceiros	131

INDICE DE FIGURAS

~~1~~

Quadro nº Pág. Figura Pág.

Quadro nº	Pág.	Figura	Pág.
1	37	1	37
2	88	2	88
3	44	3	45
4	45	4	46
5	46	5	46
6	46	6	47
7	47	7	47
8	47	8	49
9	49	9	50
10	49		
11	50		

Quadro nº	Pág.	Figura	Pág.
12	56	10	57
13	57	11	57
14	58	12	58
15	58	13	59
16	59	14	59
17	60	15	60
18	61	16	61
19	61	17	62
20	62	18	63
21	63	19	64
22	63	20	65
23	64	21	65

Quadro nº	Pág.	Figura	Pág.
24	64		
25	65		
26	65		
27	66		
28	66		
29	67		
30	67		
31	68	22	68
32	68	23	69
33	68	24	70
34	69		
35	69		
36	70		
37	70		

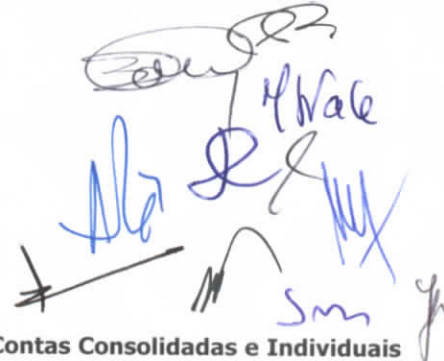
Quadro nº	Pág.	Figura	Pág.
38	88	25	88
39	89	26	89
40	90	27	93
41	90		
42	92		
43	94		
44	94		
45	95		
46	96		
47	97		

Quadro nº	Pág.	Figura	Pág.
48	98	28	98
49	99	29	99
50	99	30	99
51	100	31	100
52	103	32	102

Sumário

Final

RELATÓRIO DE GESTÃO



1. Introdução

O Executivo Municipal procede à apresentação da **Prestação de Contas Consolidadas e Individuais do Município, referentes ao exercício financeiro de 2012**, nos termos legais da alínea e) do n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, cabendo ao Órgão Deliberativo a sua apreciação e votação, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 53º do dispositivo legal supra mencionado.

A elaboração dos documentos agora apresentados obedece ao preceituado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, que aprovou o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), estando igualmente de acordo com a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação Genérica n.º 1/2010, relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo.

Os Documentos de Prestação de Contas são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção – Tribunal de Contas, de 12 de julho, sendo que, nos termos da alínea bb) do n.º 1 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os documentos em apreço constituem elementos de remessa obrigatória para o Tribunal de Contas, até 30 de abril de 2013, para efeitos da sua fiscalização nos termos do n.º 1 do art.º 50º e do n.º 4 do art.º 52º do Decreto – Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto (4ª Alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas) e da Declaração de Retificação n.º 72/2006.

Nestes termos, são apresentados como Documentos de Prestação de Contas Consolidadas e Individuais, os seguintes:

- Balanço, Demonstração de Resultados, Anexos às Demonstrações Financeiras;
- Mapas de Execução Orçamental e Relatório de Gestão.

Para além destes documentos, de carácter obrigatório, são apresentados mapas complementares que permitem analisar a situação económica e financeira da Autarquia, avaliando a gestão nos diferentes setores de atividade, nomeadamente no que concerne ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazos e financiamento externo, permitindo ainda a análise do ponto de vista patrimonial, considerando o Balanço Final e a Demonstração de Resultados.

As Demonstrações Financeiras apresentadas e demais Documentos de Prestação de Contas obedeceram, na sua conceção, aos princípios e regras contabilísticos emanados do POCAL, como a continuidade das operações, consistência das políticas contabilísticas, especialização dos exercícios, custos históricos, prudência, substância sob a forma e materialidade das operações, visando uma imagem verdadeira e apropriada do Balanço e dos Resultados.

Em conformidade com o n.º 2 do art.º 47º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais, com a alteração introduzida pela Declaração de Retificação n.º 14/2007, de 17 de fevereiro, os documentos de prestação de contas consolidadas e individuais deste Exercício deverão ser enviados ao Órgão Deliberativo acompanhados da *Certificação Legal das Contas* e respetivo parecer emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

2. Análise da Situação Económica e Financeira

2.1 Contas consolidadas

De acordo com o n.º 1, do art.º 46º da Lei das Finanças Locais, "...as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos." Seguindo estas premissas, essenciais ao processo de consolidação, o Município de Valongo procedeu à consolidação das contas do exercício de 2012.

O POCAL não estabelece os métodos de consolidação de contas, nem os documentos a anexar, facto que só foi colmatado com a publicação da Orientação n.º 1 /2010 - "Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo", que estabeleceu um conjunto de princípios enquadradores que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas no setor público administrativo, sendo aplicáveis, entre outros, a todos os serviços e organismos da administração local, designadamente quanto à obrigatoriedade, dispensa e exclusões da consolidação.

Atendendo às especificidades do subsector das Autarquias Locais, o subgrupo de Apoio Técnico do POCAL – SATAPOCAL, elaborou instruções sobre a consolidação de contas pelos Municípios, para o exercício de 2010 e seguintes, enquanto não forem publicadas normas de consolidação de contas no POCAL ou uma norma única de consolidação de contas aplicável.

Estas instruções visam articular os regimes previstos na Lei das Finanças Locais e na Orientação Genérica, bem como ultrapassar algumas lacunas em matérias não previstas naquelas normas, de modo a operacionalizar a obrigação de consolidação de contas pelos Municípios.

Deste modo, procedeu-se à consolidação das contas do grupo municipal, tendo sido elaboradas as demonstrações económicas e financeiras, de acordo com os métodos de consolidação, adotando o método de simples agregação relativamente aos Serviços Municipalizados e o método de consolidação integral no que se refere à empresa Vallis Habita, EM.

Os documentos em questão respeitam os princípios da relevância, materialidade, fiabilidade, da neutralidade, plenitude, da comparabilidade espacial e temporal e da representação fidedigna da informação neles contida, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira.

Considerando a estrutura de Custos e Proveitos consolidados no exercício de 2012, o resultado líquido do exercício consolidado foi negativo de 6.981.384,78€.

No que concerne aos membros do balanço, a Ativo fixou-se nos 291.817.808,38€, o Passivo totaliza o valor de 89.054.819,30€ e os Fundos próprios fixaram-se nos 202.762.898,08€.

2.2 Contas individuais

Apresentam-se os elementos considerados de importância relevante para a análise do período em causa, com a finalidade de obter uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício.

Efetuada a comparação entre os custos e perdas do exercício do valor de 37.850.541,91 € e os proveitos e ganhos do mesmo período no montante de 31.752.251,18 €, afere-se o resultado líquido negativo de 6.098.290,73 €, conforme se pode observar na Demonstração de Resultados, resultante da diminuição de Vendas e Prestações de Serviços e Transferências e Subsídios Obtidos, associado a um ligeiro aumento nas Amortizações do Exercício, dos Custos Extraordinários e outros.

Os Resultados Financeiros apresentam-se positivos na quantia de 889.513,78 €, os Resultados Operacionais e os Resultados Correntes são negativos, respetivamente dos montantes de 6.742.536,75€ e 5.853.022,97€. Os Resultados Extraordinários relevam o montante negativo de 245.267,76€, valor substancialmente

influenciado pela quantia registada na conta relativa a aumentos de amortizações e provisões, que respeita ao montante das amortizações relativas aos fogos dos empreendimentos PER registados e inventariados no exercício em apreço.

Em termos de análise de comparabilidade, deteta-se que os Custos do exercício decresceram em cerca de 8,9%, sendo que os proveitos diminuíram cerca de 8,03%.

Tendo em conta a ótica dos custos operacionais infere-se que, como resultado da forte contenção na despesa do Município, estes diminuíram 12,10% face ao ano anterior. Relativamente aos Proveitos, observa-se que a sua evolução foi desfavorável relativamente ao ano transato, nomeadamente no que diz respeito aos itens Vendas e Prestações de Serviços (-3,23%) e Impostos e Taxas (-10,57%).

Procedendo agora à análise de cariz financeiro, observa-se que ambos os membros do Balanço apresentam o valor final de 262.866.889,37 €. Desta forma, confrontando o Balanço do exercício com o do ano anterior, verificou-se uma diminuição do Ativo Total na ordem de 3,81%, originada essencialmente por um decréscimo no Imobilizado e nas Dívidas de Terceiros.

No que respeita ao segundo membro do Balanço, é de salientar uma diminuição dos Fundos Próprios da ordem de 2,51%, sendo que esta variação resulta do montante negativo registado na conta de Resultados Transitados, originado pelo registo do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior. No tocante ao Passivo, regista-se a diminuição nas Dívidas a Terceiros de curto prazo e nas Dívidas a Terceiros de médio e longo prazos de 5,31% e 7,01%, respetivamente.

Analisando alguns rácios de carácter financeiro verifica-se que os recursos financeiros gerados sofreram um decréscimo de 582.500,48 €, mormente causado pelo aumento das amortizações e das Provisões para riscos e encargos, relativamente ao ano anterior. O rácio de liquidez imediata, que mede o grau de cobertura dos Passivos correntes por Disponibilidades, aumentou significativamente de 2,24% para 4,76%, devido ao acréscimo das Disponibilidades e ao decréscimo verificado no denominador do rácio originado pelo registo das Amortizações a efetuar no ano seguinte na Dívida a curto prazo.

O grau de cobertura do imobilizado é de 82,41%, o que significa um aumento ligeiro de quase 0,50 p.p. em relação ao ano anterior. A autonomia financeira, que mede a cobertura do ativo líquido à custa dos fundos próprios, sofreu um acréscimo de 0,91 p.p. Quanto ao auto financiamento de capitais permanentes, verificou-se um aumento pouco significativo, ou seja, na ordem dos 0,38 p.p. .

Relativamente aos Acréscimos e Diferimentos apresentados no Balanço, na componente passiva, denota-se uma variação negativa de 4,92%. Esta variação resulta essencialmente da variação dos Proveitos Diferidos, isto é, dos subsídios e transferências consignadas ao Investimento em anos anteriores e no exercício em apreço, espelhados no respetivo quadro. Tratando-se de subsídios para o investimento associados a ativos amortizáveis, estes proveitos são transferidos no exercício à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam. Por outro lado, os Acréscimos de Custos sofreram igualmente uma forte variação negativa de 63,00%.

Na componente ativa e de acordo com o princípio da especialização do exercício, é de realçar a diminuição registada nos Acréscimos de Proveitos, originada pelo decréscimo dos registos respeitantes aos proveitos que dizem respeito ao exercício de 2012, mas que só serão exigíveis em data posterior. Regista-se ainda um decréscimo na rubrica dos Custos Diferidos, que inclui os custos que devem ser reconhecidos no exercício seguinte.

2.2.1 Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido apurado apresenta-se negativo no montante de 6.098.290,73€, pelo que se propõe a sua transferência para a rubrica de Resultados Transitados.

3. Avaliação da Situação Orçamental

3.1 Receita

3.1.1 Execução Orçamental da Receita (Estrutura e Evolução)

Analisando o teor do Quadro n.º 3 verifica-se que os recursos gerados pela Autarquia foram de 31.320.390,24 €, sendo que 28.417.612,23 € configuram receita corrente e 2.804.021,02 € respeitam a receita de capital. As reposições não abatidas nos pagamentos foram de 98.756,99 €.

A receita corrente constitui um fluxo financeiro tendencialmente estável e representa 90,73% da receita total. A receita de capital, composta pelas transferências de capital, representa 8,95% da receita total. As reposições não abatidas nos pagamentos não denotam qualquer relevância no cômputo da receita.

A Autarquia cobrou 63,70% de receita própria, constituída por uma componente corrente e de capital, cujo rácio é substancialmente superior a 50%, o que significa independência financeira. Contudo, o elevado nível de investimento realizado em anos anteriores originou montantes em dívida que, ao transitarem para o ano em apreço, retiram significado ao rácio anterior.

No que respeita aos Impostos Diretos e Indiretos, em comparação com o ano anterior, denota-se a diminuição destas rubricas em cerca de 4,97% e de 29,42%, respetivamente. O bloco da receita fiscal, constituído pelos Impostos Diretos, Indiretos e Taxas, regista um decréscimo de 6,40%.

A principal componente das Transferências são as transferências do Orçamento do Estado, calculadas de acordo com os art.º 19º a 29º da Lei das Finanças Locais e com a alteração ao art.º 27º pela Lei nº 3 – B/2010 de 28 de abril (OE/2010), bem como com a articulação preconizada no art.º 55º, capítulo IV do Orçamento do Estado/2012 e assente num conjunto de variáveis e dados estatísticos, que relativamente ao ano anterior não apresenta variação (Quadro n.º 10). A variação homóloga relativa ao total das Transferências foi de -30,52%.

Considerando a receita total, denota-se um decréscimo de 15,74%, quando comparada com o ano transato, correspondendo 5,53% a receita corrente e 60,37% a receita de capital, resultante do decréscimo significativo nas Transferências de Capital.

3.2 Despesa

3.2.1 Execução Orçamental da Despesa (Estrutura e Evolução)

No período em causa, a despesa corrente realizada foi de 36.317.675,76 € e a despesa de capital ascendeu a 13.274.301,33 €, igualando a despesa total o valor de 49.591.977,09 €, sendo que as duas componentes representam, respetivamente 73,23% e 26,77% da grandeza em análise. De referir que os montantes de despesa expressos no Quadro n.º 12 contêm a dívida transitada de 2011 para 2012. Na despesa corrente, as componentes que assumem maior significado são as relativas a Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços e na despesa de capital os Investimentos.

A despesa efetiva do ano, no montante de 49.591.977,09 €, deduzida do serviço da dívida no valor de 2.567.347,03 €, é de 47.024.630,06 €. Expurgada a dívida transitada, o montante é de 24.091.945,19 €, repartida pela componente corrente em 23.217.075,72 € e pela componente de capital em 874.869,47 €.

As despesas de funcionamento constituem uma componente fixa da despesa corrente dado o seu carácter pouco flexível e apresentam uma diminuição de 3,41% quando comparadas com o ano anterior.

Na ótica da realização, a despesa de investimento constitui a grande fatia da despesa de capital, representando 75,02% desta. As despesas de investimento dizem essencialmente respeito a Ensino Básico e Pré Escolar, Desporto, Recreio e Lazer e Beneficiação da Rede Viária de todo o Concelho.

As Grandes Opções do Plano (GOP's) englobam o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Actividades Mais Relevantes (AMR's), sendo que o primeiro contém a despesa de investimento e as segundas incluem despesas correntes, com carácter plurianual.

A fatia mais significativa da afetação das despesas das GOP's, na ótica da realização, ocorreu nas Funções Sociais com um montante de despesa realizada de 11.037.895,44 €, consequência do esforço que a Autarquia realizou nos anos anteriores, com repercussão também em 2012, no âmbito da Educação, nomeadamente na construção e requalificação do Parque Escolar. Seguem-se as Funções Económicas com o montante de 4.515.531,43 €, surgindo por último as Funções Gerais e as Outras Funções nos montantes de 1.105.738,82 € e 2.582.493,76 €, respetivamente.

3.3 Recursos Humanos

O número de trabalhadores da Autarquia decresceu cerca de 11%, comparativamente a 2011 e é composto por 644 elementos, estruturados em contrato a termo indeterminado (610) e contratados por termo resolutivo certo (34). O valor de elementos que figura no Balanço Social difere do total efetivo de elementos na Autarquia em 31/12/2012 (665 pessoas), uma vez que para efeitos estatísticos são excluídos os funcionários ausentes há mais de seis meses por razões de doença, licenças de maternidade e paternidade e outras.

Do número total de trabalhadores, 352 são homens e 292 são mulheres. A componente feminina apresenta níveis de escolaridade mais elevados, sendo que 84 possuem licenciatura e 110 são titulares do 12º ano da escolaridade obrigatória.

No que concerne ao absentismo, o total de 24.322,50 dias de ausência, quando comparado ao ano de 2011, representa um decréscimo de 0,08%. A doença manteve-se como causa dominante neste quantitativo sendo que, quanto ao género, teve maior influência o grupo masculino com 12.384 dias de ausência, seguido do grupo feminino com 11.957,50 dias.

A formação interna e externa, com 213 participações, inclui 4.134 horas de formação, procurando conjugar as necessidades da Autarquia com a valorização individual e profissional dos seus colaboradores, com o objetivo de atingir níveis de eficiência adequados.

3.4 Análise da Execução do Orçamento (Inicial, Final e Realização)

3.4.1 Receita

Em termos de comparação entre o Orçamento Inicial e Final, relativo aos montantes de receita orçamentados, regista-se uma taxa de execução global de 60,29%, relativamente ao documento previsional em questão uma vez que os valores orçamentados totais são idênticos, visto não ter havido acréscimos nas dotações da receita. A receita corrente executada foi de 92,10% das previsões orçamentadas iniciais e finais. No tocante à receita de capital, este indicador foi de 13,76%.

A média aritmética simples da cobrança nos últimos quatro anos rondou os 52,59% (82,50% para correntes e 21,28% para capital) (v. Quadros n.º 43 e 44).

Observando o Controlo Orçamental da Receita, no seguimento da execução orçamental, o grau de execução da receita é de 60,330%, sendo o registo para receitas correntes de 90,749% e para capital 13,755%. Estes valores diferem da análise acima, dado que têm por base a receita líquida.

3.4.2 Despesa

Efetuada a análise entre os valores orçamentados finais, no que respeita à despesa global realizada, a percentagem de execução foi de 96,29%. No que concerne à despesa corrente este indicador é de 95,51% e para a despesa de capital é de 98,51%, representando uma variação insignificante.

A média aritmética simples da despesa global nos últimos quatro anos, resultado das previsões iniciais e execuções, situa-se em 82,74% (87,40% corrente e 78,31% capital) (v. Quadros n.º 43 e 44).

Quando analisado o Controlo Orçamental da Despesa, o mesmo evidencia um grau de execução global de 58,054%, sendo 65,464% para a despesa corrente e 37,145% para a despesa de capital, na ótica dos pagamentos.

O mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, apresenta um nível de execução global de 85,07%, aferido pelos valores executados em anos anteriores, acrescidos do executado do ano a dividir pelo valor previsto do ano, adicionado dos anos seguintes menos os valores executados em anos anteriores. Daqui se afere que a taxa de execução fica mais baixa, uma vez que regista valores de pagamento e não volume de faturação.

A realização dos projetos insertos em PPI tem uma continuidade no tempo, dado que a obra inicia-se e vai obedecendo a um cronograma financeiro, dando origem a faturas de execução física e obra em curso. Tendo em conta este facto, apura-se uma taxa de execução da ordem dos 99,67%. Se a análise tiver por base a execução física (faturação) a realização do ano situa-se em 98,40% (v. Quadro n.º 38).

Para a análise aturada do comportamento do investimento nas diferentes dinâmicas de atuação da gestão municipal, sugere-se a leitura dos Quadros n.ºs 39, 40 e 41.

3.5 Endividamento Municipal e Stock da Dívida

O endividamento líquido da Autarquia é calculado aplicando as regras da Lei das Finanças Locais. Pela análise dos Quadros n.º 29 e 30, afere-se que o limite ao endividamento líquido fixado para 2012 era de 35.905.018,00€, sendo que o endividamento líquido registado é de 29.294.726,16 €, à data de 31 de dezembro, calculado de acordo com o SEC 95, resultando endividamento líquido positivo de 6.610.291,84 €, face ao limite.

O stock da dívida da Autarquia é composto por dívida de médio e longo prazo e de curto prazo, no total de 59.922.443,16 €, identificada pela dívida de 38.463.002,87 € de médio e longo prazo, sendo esta constituída por 18.353.262,53 € de dívida bancária e 20.109.740,34 € de dívida consolidada à EDP. O diferencial de 21.459.440,29 € corresponde a dívida de curto prazo. (v. Quadro n.º 31).

A este último montante acresce o valor de 754.025,43 € respeitante a Operações de Tesouraria. A variação registada na diminuição de 26,31% nesta componente não tem reflexo dado que, em bom rigor, não constituem dívida visto tratar-se de uma dinâmica de cobranças e pagamentos para Terceiros à guarda do Município, cuja contrapartida encontra-se registada no Ativo do Balanço, em Disponibilidades.

A dívida, quando comparada com o ano anterior, evoluiu favoravelmente na sua diminuição: a dívida de médio e longo prazo apresenta uma variação de 2.448.882,09 € e a de curto prazo variou em 2.371.489,52 €. A redução da dívida total é de 4.820.371,61 €.

O stock da dívida registado no Passivo do Balanço apresenta uma composição diferente, com o reflexo de uma diminuição, no médio e longo prazo, de 2.914.086,50€ que corresponde às amortizações dos empréstimos a vencerem-se em 2013 e o cumprimento do plano de pagamentos à EDP da dívida consolidada, pelo que vai agravar a dívida a curto prazo, sem efeitos no aumento da dívida global.

3.6 Movimentos Financeiros da Gerência

Os movimentos financeiros gerados durante o exercício financeiro de 2012, originaram a seguinte execução:

- o saldo transitado da gerência anterior era de 167.647,64 €, acrescido das receitas totais arrecadadas, no montante de 31.463.480,24 € e do saldo inicial de 1.023.181,99 € de Operações de Tesouraria, acrescido dos movimentos de entrada de 1.949.965,32 €, totaliza o montante de recebimentos de 34.604.275,19 €;

- os saldos finais verificados são do valor de 1.589.153,92 € de execução orçamental e de 754.025,43 € de Operações de Tesouraria, sendo os movimentos de saídas da despesa orçamental do montante de 30.041.973,96 € e de Operações de Tesouraria de 2.219.121,88 €, totalizando deste modo o montante de 34.604.275,19 €.

Os movimentos de recibos para cobrança foram de 43.197,95 € e de garantias e cauções tituladas por papel foram de 159.807,59 €. O saldo inicial de recibos para cobrança era de 142.237,48 € e das garantias foi de 6.749.720,13 €, totalizando 6.891.957,61 €.

Foram cobrados documentos virtuais no valor de 15.630,83 €, anulada receita virtual no valor de 353,84 € e devolvidas garantias e cauções na quantia de 370.162,86 €, dando origem aos saldos finais de garantias e cauções e de recibos para cobrança nos valores de 6.539.364,86 € e 169.450,76 €, totalizando 6.708.815,62 €.

As garantias prestadas pela Autarquia são no valor de 59.400,00 €, assumidas por responsabilidades de imposições contratuais.

4. Considerações finais

O presente Relatório de Gestão tem por finalidade complementar os Documentos de Prestação de Contas, descrevendo a evolução orçamental e sua execução, permitindo acompanhar de forma sintética todo o processo de realização de despesa e arrecadação de receita, bem como o desenvolvimento do endividamento de curto, médio e longo prazos, incluindo a análise de custos e proveitos.

Os Documentos de Prestação de Contas são o reflexo da prossecução dos objetivos estratégicos da política municipal que sustenta a orientação e os compromissos do Executivo Municipal.

Todo o trabalho da Autarquia teve por base a promoção do desenvolvimento sustentado, integrado e equitativo do Concelho, promovendo a qualidade de vida dos cidadãos e prestando serviços de maior e melhor qualidade aos munícipes. A aposta em políticas de desenvolvimento social e económico, onde as áreas da ação social, da educação, da cultura e do apoio generalizado aos munícipes tiveram particular destaque, foram e são factor minimizador dos efeitos da actual crise sobre as famílias.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "D. H. Hale" and "sum".

I. DOCUMENTOS FINAIS

I.1 CONTAS CONSOLIDADAS

Balço

Demonstraço de resultados

Anexos ao Balço e à Demonstraço de resultados:

- Ativo bruto
- Amortizaço e Provisões
- Demonstraço de resultados financeiros
- Demonstraço de resultados extraordinários
- Critérios de valorimetria
- Perímetro de consolidaço
- Mapa de fluxos de caixa de operaçoes orçamentais
- Endividamento de médio e longo prazo
- Saldos e fluxos financeiros



BALANÇO SINTÉTICO CONSOLIDADO

Código das contas	ATIVO	Exercício			
		AB	2012 A/P	AL	2011 AL
	Imobilizado:				
45+ 445+446	Bens do domínio público	260.178.186,15	105.403.723,92	154.774.462,23	164.426.868,47
43	Imobilizações incorpóreas	538.658,42	193.659,24	344.999,18	0,00
42 + 442	Imobilizações corpóreas	191.367.510,51	59.970.205,43	131.397.305,08	135.175.959,68
41	Investimentos financeiros	591.976,00	0,00	591.976,00	592.360,00
		452.676.331,08	165.567.588,59	287.108.742,49	300.195.188,15
	Circulante:				
	Existências:				
36	Mercadorias	157.137,77		157.137,77	187.776,66
21+24+26	Dividas de terceiros -curto prazo	902.144,08	154.742,36	747.401,72	1.052.067,95
11 + 12	Depósitos bancários e caixa	3.116.512,26		3.116.512,26	1.785.237,62
27	Acréscimos e diferimentos	688.014,14		688.014,14	895.624,79
	Total do Ativo	457.540.139,33	165.722.330,95	291.817.808,38	304.115.895,17

Código das contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2012	2011
	Fundos Próprios:		
51	Patrimônio	245.033.229,79	243.534.195,59
	Reservas obrigatórias:		
57.1	Reservas legais	1.761.800,94	1.756.741,94
57.4	Reservas livres	1.296.283,92	1.276.046,92
57.6	Doações	2.900.913,38	2.866.038,06
59	Resultados transitados	-41.247.854,17	-35.583.652,19
88	Resultado líquido do exercício	-6.981.384,78	-5.637.123,98
	Total dos Fundos Próprios	202.762.989,08	208.212.246,34
	Passivo		
	Provisões para riscos e encargos	481.929,24	0,00
22+23+24+26 +29	Dividas a terceiros:		
	Médio e longo prazo	34.982.540,87	38.614.937,08
	Curto prazo	26.679.422,81	28.190.246,68
		62.143.892,92	66.805.183,76
27	Acréscimos e diferimentos	26.910.926,38	29.098.465,07
	Total do Passivo	89.054.819,30	95.903.648,83
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	291.817.808,38	304.115.895,17

BALANÇO CONSOLIDADO

Código das contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2012	2011
	Fundos Próprios:		
51	Património	245.033.229,79	243.534.195,59
	Reservas:		
571	Reservas legais	1.761.800,94	1.756.741,94
574	Reservas livres	1.296.283,92	1.276.046,92
576	Doações	2.900.913,38	2.866.038,06
59	Resultados transitados	-41.247.854,17	-35.583.652,19
88	Resultado líquido do exercício	-6.981.384,78	-5.637.123,98
	Total dos Fundos Próprios	202.762.989,08	208.212.246,34
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
292	Provisões para riscos e encargos	481.929,24	0,00
		481.929,24	0,00
	Dívidas a terceiros - médio e longo prazo:		
2312	Dívidas a instituições de crédito	15.436.106,05	18.985.040,26
26	Outros devedores e credores	19.546.434,82	19.629.896,82
		34.982.540,87	38.614.937,08
	Dívidas a terceiros - curto prazo:		
221	Fornecedores c/c	9.588.925,49	10.283.964,16
228	Fornecedores - Facturas recepção conferência	1.153.158,62	278.432,49
2312	Dívidas a instituições de crédito	3.528.784,48	2.388.787,92
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	4.975.491,45	4.956.039,85
2618	Fornecedores imobilizado - Fac. recepção conferência	13.041,62	19.812,45
24	Estado e outros entes públicos	211.243,98	100.401,69
264	Administração autárquica	515.622,09	432.010,24
262+263+ 267+268	Outros credores	6.693.155,08	9.730.797,88
		26.679.422,81	28.190.246,68
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	717.477,79	1.938.609,44
274	Proveitos diferidos	26.193.448,59	27.159.855,63
		26.910.926,38	29.098.465,07
	Total do Passivo	89.054.819,30	95.903.648,83
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	291.817.808,38	304.115.895,17

Abreviaturas:

AB = Ativo Bruto
A/P = Amortizações e provisões acumuladas
AL = Ativo Líquido

Ativo Bruto Consolidado

Boley
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 2012

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustam.	Consolidado				Saldo Final
			Aumentos	Alienações	Abates	Transf.	
De Bens de Domínio Público							
Terrenos e recursos naturais	6.867.990,50		8.213,96			0,00	6.876.204,46
Outras constr. infra-estruturas	224.415.090,44		704.188,44			0,00	225.119.278,88
Bens patrim.hist.artístico e cultu	23.032.247,84		4.196,25			0,00	23.036.444,09
Outros bens de domínio público	458.276,46		0,00			0,00	458.276,46
Imobilizações em curso	2.585.356,80		183.925,94			-792.715,91	1.976.566,83
Adiant.por conta bens domínio p	2.793.666,19		0,00			-82.250,76	2.711.415,43
Sub total	260.152.628,23		900.524,59			-874.966,67	260.178.186,15
De Imobilizações Incorpóreas							
Despesas de investigação e dese	0,00		436.491,93				436.491,93
Propried. indust.outros direitos	21.185,27		80.981,22			0,00	102.166,49
Sub total	21.185,27	0,00	517.473,15	0,00	0,00	0,00	538.658,42
De Imobilizações Corpóreas							
Terrenos e recursos naturais	16.898.433,80		37.262,50	0,00	21.866,58	0,00	16.913.829,72
Edifícios e outras construções	106.790.870,60	1.499.034,20	10.242.718,08	0,00	1.636.197,42	3.612,00	116.900.037,46
Equipamento básico	50.806.894,90		102,09	0,00	107.291,52	0,00	50.699.705,47
Equipamento de transporte	1.632.101,89		0,00	12.500,00	0,00	0,00	1.619.601,89
Ferramentas e utensílios	105.533,91		0,00	0,00	0,00	0,00	105.533,91
Equipamento administrativo	3.597.435,34		4.625,32	0,00	10.549,47	0,00	3.591.511,19
Outras imobilizações corpóreas	976.796,78		0,00	0,00	0,00	0,00	976.796,78
Imobilizações em curso	10.774.439,80		236.349,21	0,00	0,00	-10.661.990,83	348.798,18
Adiant.por conta Imob. corpórec	211.695,91		0,00	0,00	0,00	0,00	211.695,91
Sub total	191.794.202,93	1.499.034,20	10.521.057,20	12.500,00	1.775.904,99	-10.658.378,83	191.367.510,51
De Investimentos Financeiros							
Partes de capital	607.360,00					-384,00	606.976,00
Sub total	607.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-384,00	606.976,00
Total	452.575.376,43	1.499.034,20	11.939.054,94	12.500,00	1.775.904,99	-11.533.729,50	452.691.331,08

Amortizações e Provisões Consolidadas

2012

Rubricas	Consolidado			
	Saldo Inicial	Reforço	Regulariz.	Saldo Final
De Bens de Domínio Público				
Outras construções e infra-estruturas	84.551.631,72	9.538.668,24	0,00	94.090.299,96
Bens património histórico, artístico e cultural	1.510.566,65	101.953,64	0,00	1.612.520,29
Outros bens	17.191,74	5.747,77	0,00	22.939,51
Subtotal	86.079.390,11	9.646.369,65	0,00	95.725.759,76
De Imobilizações Incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	6.531,27	0,00	0,00	6.531,27
Subtotal	6.531,27	0,00	0,00	6.531,27
De Imobilizações Corpóreas				
Edifícios e outras construções:				
Edifícios	6.297.600,43	801.061,82	0,00	7.098.662,25
Outras construções	2.349.917,79	489.688,48	0,00	2.839.606,27
Equipamento básico	38.893.924,81	2.240.238,68	4.283,57	41.129.879,92
Equipamento de transporte	1.326.131,08	84.851,32	29.927,87	1.381.054,53
Ferramentas e utensílios	93.210,66	4.376,38	0,00	97.587,04
Equipamento administrativo	3.301.465,90	166.016,87	25.935,69	3.441.547,08
Outras imobilizações corpóreas	605.073,78	24.832,38	0,00	629.906,16
Subtotal	52.867.324,45	3.811.065,93	60.147,13	56.618.243,25
Total	138.953.245,83	13.457.435,58	60.147,13	152.350.534,28

Demonstração dos Resultados Financeiros Consolidados

2012

Código Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2012	2011			2012	2011
681	Juros suportados	1.321.804,26	1.676.743,67	781	Juros obtidos	11.109,81	12.748,49
688	Outros custos e perdas financeiros	18.714,40	6.668,05	783	Rendimentos de imóveis	2.171.592,02	2.197.562,98
		0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	2.050,12	28.595,81
		0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	280,99	324,29
	Resultados financeiros	844.514,28	555.819,85				
		2.185.032,94	2.239.231,57			2.185.032,94	2.239.231,57

Demonstração dos Resultados Extraordinários Consolidados

2012

Código Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2012	2011			2012	2011
691	Transferências de capital concedidas	490.110,07	545.628,09	793	Ganhos em existências	563,82	11.116,80
693	Perdas em existências	1.132,97	13,18	794	Ganhos em imobilizações	7.012,50	115.466,58
694	Perdas em imobilizações	1.124.471,94	11.487,26	795	Benefícios de penalidades contratuais	168.522,62	208.562,33
696	Reduções amortizações provisões	262.330,32		797	Correcções relativas a exercícios anteriores	1.198.340,75	20.385,54
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	171.752,57	111.869,36	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.566.697,34	1.876.583,75
698	Outros custos e perdas extraordinários	190.519,86	19.636,34				
	Resultados extraordinários	700.819,30	1.543.480,77				
		2.941.137,03	2.232.115,00			2.941.137,03	2.232.115,00

Critérios de Valorimetria

- a) Para efeitos de avaliação e actualização, os bens do Imobilizado Corpóreo e os Bens do Domínio Público da Autarquia, estão contabilisticamente relevados pelos valores do custo de aquisição e, na sua falta, pelo valor de avaliação. As Imobilizações em Curso são valoradas pelo custo de construção.
- b) As Imobilizações incorpóreas estão valoradas ao custo de aquisição, líquido das amortizações efectuadas, dentro dos limites das taxas legalmente fixadas;
- c) Os Investimentos Financeiros (partes de capital) encontram-se relevados ao preço de aquisição;
- d) A partir do exercício de 2007 o Município passou a registar as existências do economato de matérias em Armazém, mediante o sistema de inventário intermitente ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ou igual ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio;
- e) As Dívidas de e a Terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. A provisão para cobrança duvidosa corresponde aos valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efectiva.
- f) As disponibilidades de Caixa e de Depósitos exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos;
- g) As Amortizações foram calculadas em função da vida útil de cada tipo de bem. Para tal, foi utilizado o método das quotas constantes e as taxas aplicadas foram as previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.
- h) Os Acréscimos de custos correspondem a encargos estimados com férias e subsídios de férias já vencidos, bem como com prémios de seguros e consumos diversos, cujo pagamento só é devido no exercício seguinte.

Homogeneização valorativa

As amortizações dos bens do imobilizado da Empresa Municipal são calculadas com base em taxas de amortização diferentes das utilizadas pelo Município, uma vez que as empresas municipais utilizam taxas de acordo com a vida útil estimada (sistema de normalização contabilística) e o Município calcula as amortizações de acordo com as taxas prescritas no CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

Por considerarmos as taxas de amortização utilizadas pela Empresa Municipais mais adequadas à actividade por si desenvolvida e atendendo a que as diferenças observadas não são materialmente relevantes, optou-se por não proceder à harmonização das referidas amortizações, apresentando assim o Imobilizado constante das demonstrações financeiras uma mensuração mais apropriada.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Denominação Social	Sede	% capital detido a 31 Dez 2012	Obsv
Município de Valongo	Av 5 de Outubro 4440-503 Valongo		a)
Serviços Municipalizados de Valongo	Av 5 de Outubro 4440-503 Valongo	100%	b)
Vallis Habita, EM - Empresa Municipal de Gestão de Empreend. Habit. do Concelho de Valongo	Rotunda 1º de Maio,nº 160, Sala 25, 4440 Valongo	100%	b) c)

Entidades não incluídas no perímetro de consolidação

Denominação Social	Sede	% capital detido a 31 Dez 2012	Obsv
Águas do Douro e Paiva, SA	Avda. de França, 256, 8º 4050 Porto	2,96%	c)
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Área Metropolitana do Porto, C.R.L.	Av.Visconde Barreiros, 85, 4470 -151 Maia	0,13%	
Portgás-Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, SA	Avda.D.Nuno Álvares Pereira, Parque Real, Matosinhos	0,13%	
Primus - M.G.V. Promoção e Desenvolvimento Regional, SA	Ad.dos Aliados,236, 4º Esquerdo, 4440 Porto	0,06%	c)

- a) Entidade-mãe
- b) Entidade controlada pelo Município de Valongo
- c) Consideradas empresas públicas - art.º 3º do Dec.Lei nº 558/99, de 17/12

Métodos de Consolidação

Quanto aos métodos de consolidação, de acordo com o ponto 6.5 da Orientação nº.1 /2010, foi adoptado o método da simples agregação relativamente ao Serviços Municipalizados e o método de consolidação integral no que refere à Empresa Municipal Vallis Habita

Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais

2012

Recebimentos	Consolidados		Pagamentos	Consolidados	
Saldo da Gerência Anterior:			Despesas Orçamentais:		
Execução Orçamental		762.056,63	Correntes	1.300.083,05	
Receitas Orçamentais:			Capital	57.398,00	1.357.481,05
Correntes	29.938.079,78				
Capital	2.963.048,02		Saldo p/ Gerência Seguinte:		
Outras	98.756,99	32.999.884,79	Execução Orçamental		32.404.460,37
Total dos Recebimentos		33.761.941,42	Total dos Pagamentos		33.761.941,42

Endividamento consolidado de médio e longo prazos

2012

Código/ designação das contas	Dívidas a terceiros de médio / longo prazo			Eliminação de créditos/ dívidas recíprocas	Grupo publico consolidado
	Município de Valongo	Serviços Municipalizados de Valongo	Vallis Habita		
Dívidas a instituições de crédito	14.824.478,05	0,00	611.628,00	0,00	15.436.106,05
Outros devedores e credores	19.546.434,82	0,00	0,00	0,00	19.546.434,82
<i>Total</i>	34.370.912,87	0,00	611.628,00	0,00	34.982.540,87
Montante da dívida a terceiros que se vença nos próximos 4 anos	12.878.976,33		60.996,00		12.939.972,33